

Risco de acordo com os credores

GAZETA MERCANTIL

por Celso Pinto
de São Paulo

O acordo que está sendo negociado com os credores internacionais não é uma solução para o problema da dívida. É apenas o primeiro passo de uma estratégia não isenta de riscos. É uma aposta que dará certo na medida em que o governo voltar a tomar recursos voluntários no mercado nos próximos anos.

Foi com esse grau de franqueza que o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, converteu ontem com cerca de cem jornalistas presentes no I Curso de Jornalismo Econômico e de Negócios promovido por este jornal. Convocado a proferir a primeira aula magna do curso, o ministro acabou falando de jornalismo em sua palestra e respondendo sobre economia nos debates.

O próprio ministro introduziu a questão da dívida externa e procurou explicar de forma mais ampla o que pensa. Mailson e seus principais críticos concordam inteiramente sobre o cerne do problema da dívida externa: a imposição de transferência excessiva de recursos externos mediante a geração de "megassuperávits" comerciais, como o que está sendo produzido neste ano.

Esses superávits comerciais exagerados dificultam a retomada dos investimentos internos e complicam a política fiscal e monetária, admite o ministro. Existem duas saídas para tentar resolver esse problema, ambas embutindo um risco. A opção pelo confronto pode acabar gerando mais perdas de recursos pelo País do que a economia proporcionada pela suspensão de pagamentos. Na outra alternativa, a da cooperação, o risco "é imaginar que o mercado voltará a financiar o País voluntariamente e

por Celso Pinto
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

descobrir, depois de dois anos, que continua a mesma crise".

O governo, obviamente, acha que os riscos do confronto são maiores do que os da cooperação. Em parte, segundo o ministro, porque, por definição, países em desenvolvimento são tomadores líquidos de capitais e terão de voltar a sê-lo. "E se o Brasil não voltar, quem mais poderá?", indaga.

Por coincidência, poucas horas mais tarde, Mailson encerrou um seminário promovido pelo Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial falando logo após uma ardorosa defesa da estratégia do confronto feita pelo economista norte-americano Jeffrey Sachs, da Universidade de Harvard. Num tom apaixonado, Sachs procurou provar que a saída da dívida é pagá-la com os descontos já existentes no mercado secundário, que existe receptividade à idéia e que falta apenas uma iniciativa conjunta dos devedores latino-americanos para viabilizá-la. Até lá, ele recomenda vivamente a monetarização.

A colocação de Sachs não foi apenas pessoal: ele lembrou que a Lei de Comércio norte-americana, recém-aprovada, prevê que o Tesouro colabore com a criação de uma agência internacional que absorveria as dívidas, com deságio. Em

seis meses, todavia, como prevê a lei do Comércio, o Tesouro poderá provar ao Congresso que a criação desta agência é prejudicial e derrubá-la. Sachs está procurando arrebatar os países latino-americanos para pressionarem no sentido contrário.

Mailson não respondeu diretamente a Sachs, pois chegou depois do fim de sua exposição, mas o fez indiretamente. Disse que existem "claras indicações" de que países de renda média, como o Brasil, tenderão a se apropriar dos descontos sobre suas dívidas através dos vários mecanismos já existentes no mercado, voluntários. E reafirmou sua crença que "em um ou dois anos" o Brasil voltará a tomar dinheiro voluntário no mercado de capitais.

Quando falou, no final da manhã, sobre a questão inflacionária no curso de jornalismo econômico e de negócios deste jornal, o ministro foi tão franco quanto em relação à dívida. Ele mostrou aceitar o centro do argumento de muitos dos críticos de sua estratégia, ao concordar em que o forte componente inercial da atual inflação não se elimina com gradualismo, e sim "com medidas de impacto".

Mailson não só aceitou existir um componente inercial importante, gerado pela forte indexação, como classificou essa postura como um "indiscutível consenso" entre os economistas de variadas tendências. A inércia, disse ele, é pre-

judicial por duas razões: porque perpetua a inflação e porque impede mudanças de preços relativos. A rigidez da indexação reduz os movimentos de ajuste entre os preços na economia, fazendo com que eles deixem de ser sinalizadores para os agentes. Pior ainda: inércia com inflação muito alta, como a atual, gera enorme dispersões dos preços entre si, o que pode levar, facilmente, empresas à falência se perderem o referencial correto.

Também neste caso Mailson acha que existem dois caminhos para lidar com este quadro: os radicais querem uma política monetária e fiscal super-austeras, a qualquer custo social; os heterodoxos, em geral, descuidam da necessidade de combater as causas primárias da inflação. Mailson fica no meio termo: concorda que cortar a inércia exige medidas de impacto mas acha que uma pré-condição é ter eliminado as outras causas da inflação, especialmente o déficit público.

Funcionário público de carreira, tendo ocupado cargos importantes na hierarquia econômica do governo há muitos anos, Mailson aproveitou sua longa experiência de convívio com a imprensa para discutir jornalismo, na sua palestra inicial.

Ele fez algumas auto-criticas quando falou da relação do Poder com a imprensa, mas aproveitou para fazer algumas críticas no sentido inverso. Ele admitiu, por exemplo, que du-

rante algum tempo, no Brasil, as autoridades econômicas se comprometiam apenas com a racionalidade das medidas — o que levou, algumas vezes, a tomar medidas equivocadas que poderiam ter sido evitadas se fosse considerada a opinião pública.

Mailson também reconheceu que o governo, muitas vezes, tende a não divulgar fatos. Quando se trata de uma idéia ainda em estudos, a delicadeza do tema ou a repercussão entre os interessados muitas vezes justifica o cuidado. O vazamento da informação através de uma fonte, para um órgão de imprensa, contudo — o que costuma acontecer —, acaba provocando mais estragos do que haveria se fosse feita uma divulgação oficial ordenada.

Em contrapartida, a imprensa, a seu ver, muitas vezes usa seu poder de forma indevida. Notícias econômicas, ao contrário de algumas notícias de caráter mais geral, geram algumas práticas que interferem com a vida das pessoas. O compromisso com a verdade, portanto, é ainda mais vital. A "concessão ao sensacionalismo", a disseminação de boatos como verdade, a impregnação de uma carga de ideologia ou convicção pessoal, distorcendo a essência de um fato jornalístico, e até mesmo a falta de ética na invenção, por exemplo, de diálogos ou fatos inexistentes são tropeços que o ministro ilustrou com alguns casos recentes.